



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 123/XIV/ 2.ª SL

Aos 02 dias do mês de junho de 2021, pelas 09:05 horas, reuniu a Comissão De Orçamento E Finanças, na Sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Formato misto (presencial + videoconferência)

#### 09H00

**Audição do CES – Conselho Economico e Social no âmbito da apreciação da Conta Geral do Estado 2019. (Videoconferência)**

#### 11H00

**Audição do Tribunal de Contas no âmbito da apreciação da Conta Geral do Estado 2019. (Videoconferência)**

#### 12H30

1. **Aprovação das atas n.º 119 e 120;**
2. **Definição da metodologia de apreciação do [Projeto de Resolução n.º 1295/XIV/2.ª \(PS\)](#) – “Recomenda ao Governo que promova a articulação e cooperação necessárias entre as Regiões Autónomas e a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E. visando menos custos de financiamento das Regiões Autónomas”;**
3. **Discussão do [Projeto de Resolução n.º 1297/XIV/2.ª \(PCP\)](#) – “Recomenda ao Governo a reversão da alienação do Novo Banco, a sua transferência para a esfera pública e o apoio especializado às Micro, Pequenas e Médias Empresas”;**
4. **Apreciação da Nota de Admissibilidade e nomeação de relator da [Petição n.º 240/XIV/2.ª](#) – “Reconhecimento da Morada Única Digital pela AT, dispensando a nomeação de representante fiscal até 30 Junho 2021 (ou**



## **Comissão de Orçamento e Finanças**

### **ATA NÚMERO 123/XIV/ 2.ª SL**

**extensão do prazo até que este serviço esteja disponível”;**  
**Cabe ao GP PS**

#### **5. Outros assuntos.**

---

#### **09H00**

#### **Audição do CES – Conselho Económico e Social no âmbito da apreciação da Conta Geral do Estado 2019. (Videoconferência)**

O Senhor Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças (COF) iniciou os trabalhos dando as boas vindas ao Senhor Presidente do CES, Dr. Francisco Assis, ao Conselheiro relator do parecer, Dr. Rui Leão Marinho, e às Senhoras e Senhores Deputados presentes, enquadrando a audição no âmbito da apreciação da Conta Geral do Estado 2019.

Após uma intervenção inicial do Senhor Presidente do CES e de uma apresentação realizada pelo Conselheiro relator, o Senhor Presidente abriu o debate. Na única ronda de questões registada, usaram da palavra os Senhores Deputados Nuno Sá (PS), Jorge Paulo Oliveira (PSD), Duarte Alves (PCP) e Ricardo Vicente (BE), tendo ambos os representantes do CES respondido individualmente às questões colocadas.

No final do debate, o Senhor Presidente da COF os esclarecimentos prestados, dando de seguida por concluída a audição.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede. A gravação vídeo pode ser consultada na [página internet](#) da audição.

#### **11H00**

#### **Audição do Tribunal de Contas no âmbito da apreciação da Conta Geral do Estado 2019. (Videoconferência)**



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 123/XIV/ 2.ª SL

O Senhor Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças (COF) iniciou os trabalhos dando as boas vindas ao Senhor Presidente do Tribunal de Contas (TdC), Juiz Conselheiro José Tavares e à Relatora do parecer, Juíza Conselheira Ana Margarida Leal Furtado, e às Senhoras e Senhores Deputados presentes, enquadrando a audição no âmbito da apreciação da Conta Geral do Estado 2019.

Após uma intervenção inicial do Senhor Presidente do TdC e de uma apresentação da Sra. Relatora, o Senhor Presidente abriu o debate. Na única ronda de questões registada, usaram da palavra os Senhores Deputados Nuno Sá (PS), Jorge Paulo Oliveira (PSD), Ricardo Vicente (BE) e Duarte Alves (PCP), tendo o Senhor Presidente do TdC e a Senhora Relatora respondido individualmente às questões colocadas.

No final do debate, o Senhor Presidente da COF os esclarecimentos prestados, dando de seguida por concluída a audição.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede. A gravação vídeo pode ser consultada na [página internet](#) da audição.

### **12H30**

#### **1. Aprovação das atas n.º 119 e 120;**

Não se registando qualquer pedido de palavra por parte de nenhum Deputado, as atas foram submetidas conjuntamente à votação, tendo sido aprovadas por unanimidade, na ausência do GP PAN DURP CH e DURP IL.

#### **2. Definição da metodologia de apreciação do [Projeto de Resolução n.º 1295/XIV/2.ª \(PS\)](#) – “Recomenda ao Governo que promova a articulação e cooperação necessárias entre as Regiões Autónomas e a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E. visando menos custos de financiamento das Regiões Autónomas”;**

Questionado pelo Senhor Presidente da COF, nos termos do artigo 128.º n.º 2 do Regimento, o senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) disse pretender ver a iniciativa discutida em Plenário.



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 123/XIV/ 2.ª SL

**3. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 1297/XIV/2.ª \(PCP\)](#) – “Recomenda ao Governo a reversão da alienação do Novo Banco, a sua transferência para a esfera pública e o apoio especializado às Micro, Pequenas e Médias Empresas”;**

O Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) para que, na sua qualidade de proponente, apresentasse o projeto de resolução, mais sugerindo que a grelha para discussão fosse de 3 minutos.

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) começou por referir que o projeto de resolução ora apresentado se poderia dividir em duas partes. Na primeira parte, relativa ao primeiro ponto do projeto de resolução, pretende-se que a Assembleia da República reafirme que o Governo não deverá realizar qualquer transferência, direta ou indireta, envolvendo recursos públicos presentes ou futuros, para o Novo Banco. Na segunda parte, englobando os pontos segundo a quinto, pretende-se ir ainda mais longe. Segundo disse, deverá ser iniciado o processo para recuperar todos os fundos públicos que já foram colocados no Novo Banco, o que só será possível com a nacionalização do Banco, conforme tem sido a proposta do PCP desde 2014. Para o PCP, esta será a única solução que permitirá ao Estado recuperar as dívidas deixadas pelos grandes devedores, nomear administradores que exerçam os seus mandatos na prossecução do interesse público e, ainda, impedir a atribuição de prémios e remunerações variáveis aos administradores do banco. Com esta solução, o Banco poderá ser colocado ao serviço do interesse público e do país, sendo apresentadas no projeto de resolução, algumas linhas sobre como essa reversão poderá ser feita. Reiterou que desde a resolução do Banco, passando pela privatização e até ao momento atual, já foram gastos cerca de 9 mil milhões de euros de recursos públicos com o Novo Banco, o que é muito distante do valor inicialmente previsto de 4,9 mil milhões de euros. Assim, é no sentido de parar a “sangria” de dinheiros públicos e de recuperar o dinheiro público já injetado e o controlo do Novo Banco, que o PCP apresenta esta resolução.

Não se registando qualquer pedido de palavra, por parte de nenhum deputado, o Senhor Presidente, deu por concluída a discussão, dizendo que o projeto seria remetido para votação em plenário.



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 123/XIV/ 2.ª SL

4. **Apreciação da Nota de Admissibilidade e nomeação de relator da [Petição n.º 240/XIV/2.ª](#) – “Reconhecimento da Morada Única Digital pela AT, dispensando a nomeação de representante fiscal até 30 Junho 2021 (ou extensão do prazo até que este serviço esteja disponível)”;**  
**Cabe ao GP PS**

A petição foi admitida, tendo sido nomeado relator, o Senhor Deputado Carlos Brás (PS). Sem prejuízo de posteriores diligências que sejam consideradas adequadas pelo relator, foi decidido pela Comissão efetuar consulta ao Senhor Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais e à Sra. Diretora geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, conforme proposto na nota de admissibilidade.

#### **5. Outros assuntos.**

O Senhor Presidente da COF disse confirmar a presença da Senhora Secretária de Estado no Orçamento, no próximo dia 9 de junho, em representação do Senhor Ministro das Finanças, no âmbito da apreciação da Conta geral do Estado de 2019.

A reunião foi encerrada às 12:38 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 02 junho 2021.

**O PRESIDENTE**

**(FILIPE NETO BRANDÃO)**



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 123/XIV/ 2.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Paula Vitorino (PS)  
Carlos Brás (PS)  
Fernando Anastácio (PS)  
Filipe Neto Brandão (PS)  
Hortense Martins (PS)  
João Gouveia (PS)  
João Paulo Correia (PS)  
Nuno Sá (PS)  
Vera Braz (PS)  
Afonso Oliveira (PSD)  
Alberto Fonseca (PSD)  
Duarte Pacheco (PSD)  
Eduardo Teixeira (PSD)  
Hugo Carneiro (PSD)  
Jorge Paulo Oliveira (PSD)  
Margarida Balseiro Lopes (PSD)  
Mariana Mortágua (BE)  
Ricardo Vicente (BE)  
Duarte Alves (PCP)  
Cecília Meireles (CDS-PP)  
André Ventura (CH)  
João Cotrim De Figueiredo (IL)  
Joana Lima (PS)  
João Paulo Pedrosa (PS)  
Pedro Sousa (PS)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Miguel Matos (PS)  
Carlos Silva (PSD)  
André Silva (PAN)